

A Lestu Publishing Company é uma editora que acredita na Ciência Aberta. Permitimos a leitura, download e/ou compartilhamento do conteúdo desta obra para qualquer meio ou formato, desde que os textos e seus autores sejam adequadamente referenciados.



Todos os livros publicados pela Editora Lestu Publishing Company estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Direção editorial: Ana Kelma Gallas
Diagramação: Kleber Albuquerque Filho
Editor OMP: Eliezyo Silva
Imagem da capa: Karine Gallas



LESTU PUBLISHING COMPANY

Editora, Gráfica e Consultoria Ltda
Avenida Paulista, 2300, andar Pilotis
Bela Vista, São Paulo, 01310-300, Brasil.

(11) 97415.4679 | editora@lestu.org | www.lestu.com.br



FICHA CATALOGRÁFICA Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G641 GONTIJO, Fabiano.
Corpo, sexo, gênero: estudos em perspectiva / Fabiano Gontijo (Org.). — São Paulo, SP: Lestu *Publishing Company*, 2021.

273 p. *online*

ISBN: 978-65-996314-2-9

DOI: <https://doi.org/10.51205/lestu.978-65-996314-2-9>

1. Identidade de Gênero. 2. Teoria *Queer*. 3. Sexualidade. 4. Corpo. 5. Sociologia.
I. Autor(a). II. Título. III. Lestu. IV.

CDD: 306.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Gênero e sexualidade: Aspectos sociais: Sociologia: 306.7

As imagens utilizadas nesta obra são de autor desconhecido e já se encontram em domínio público (artigo45, inciso II da LDA)

FABIANO GONTIJO

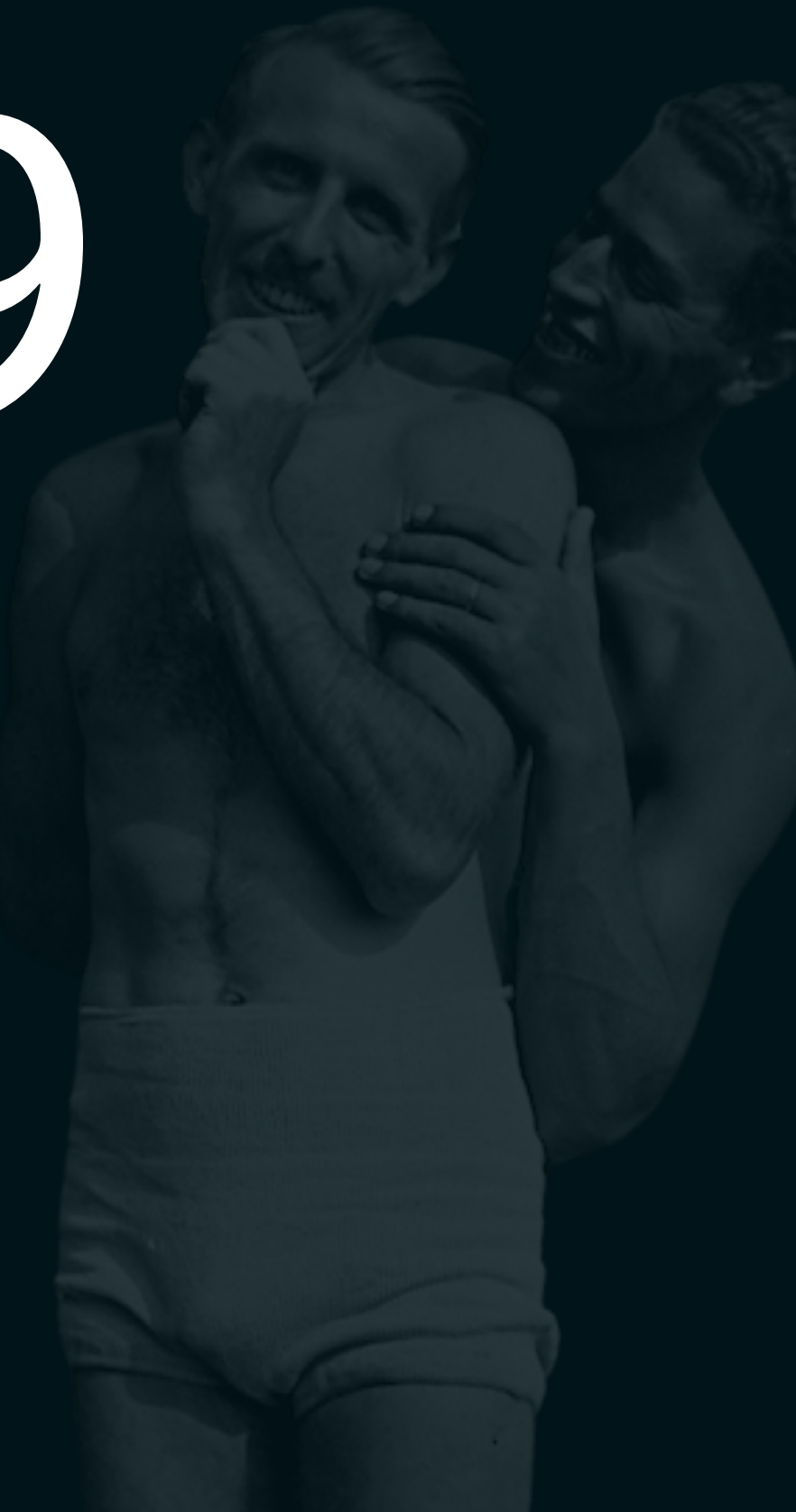
[ORG.]

CORPO, SEXO, GÊNERO

ESTUDOS EM PERSPECTIVA



9



Corpos Insurgentes: pessoas com deficiência no contra-ataque pelo direito de torcer no futebol brasileiro

Felipe Carlos Damasceno e Silva¹

Kamilla Sastre da Costa²

Introdução

O futebol jogado por homens cis é, disparadamente, o esporte de maior influência social no Brasil, sendo por isso considerado um fato social total brasileiro (GASTALDO, 2013) (CORNELSEN *et al*, 2020).

Os ambientes futebolísticos brasileiros – estádios e outros lugares onde torcedores/as se reúnem para assistir aos jogos – são para muitos/as os espaços mais utilizados para o lazer, fazendo das sociabilidades futebolísticas elementos importantes da vida cotidiana do país (TOLEDO, 2001, p. 146). Por sociabilidades, se compreende as formas lúdica de sociação, que reúnem indivíduos com interesses e necessidades específicas em comum, em interações moldadas pelas personalidades e qualidades socioemocionais dos envolvidos (SIMMEL, 1983).

Ao propor um olhar “de perto e de dentro” (1996) nos estudos etnográficos, Guilherme Cantor Magnani chama atenção para a importância de valorizarmos as vivências dos sujeitos pertencentes a grupos sociais que destoam do que interessa a ordem capitalista global posta nas grandes cidades.

Sem ignorar a ação engajada e organizada, no entanto, há uma gama de práticas que não são visíveis na chave da leitura política (ao menos de uma certa visão de política): é justamente essa dimensão que a etnografia ajuda a resgatar. A incorporação desses atores e

1 Cientista Social; Mestrando em Antropologia PPGA/UFPA. E-mail: felipedamasceno33@gmail.com

2 Cientista Social; Doutoranda em Antropologia PPGSA/UFPA. E-mail: millasastre@gmail.com

de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva de interesse do poder, que decide o que conveniente e lucrativo. (MAGNANI, 1996, p. 15).

Apesar da estrutura excludente do futebol brasileiro, grupos subalternizados resistem em ocupar as arquibancadas dos estádios do país e lutarem pela garantia e manutenção do direito de torcer, fenômeno esse que se explica pelo que Arlei Damo denomina como “pertencimento clubístico”, ou seja, um alto envolvimento emocional com o time que torce (DAMO, 1998), mesmo, em alguns casos, diante de condições desfavoráveis a prática do torcer no estádio, como veremos adiante.

Analisamos, neste trabalho, alguns relatos de Pessoas Com Deficiência - PCD torcedoras de futebol, publicados em matérias jornalísticas sobre as condições de acessibilidade e desafios para a inclusão social nos estádios de futebol brasileiros, que identificamos através de pesquisa em alguns sites pela internet.

Como referencial teórico nos debruçamos em alguns estudos sobre corporalidades, antropologia da saúde e estudos sobre deficiência, considerando o modelo social da deficiência, ou seja, apontando a deficiência enquanto fenômeno social e não individual, presente nas barreiras sociais impostas a indivíduos com mobilidade reduzida e/ou características sensoriais específicas. Barreiras essas que visam cercear o direito à cidadania de PCD's.

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (2010), quase 45 milhões de brasileiros - cerca de 23% da população - declaram ter algum tipo de deficiência. Diante do valor cultural que o futebol tem no país, podemos inferir que milhões de PCD's são engajados neste esporte. Muitos deles, por exemplo, estão entre os/as torcedores/as destaques dos clubes. Isso ocorre, sobretudo, pela associação que, comumente, se faz dessas pessoas com atributos de superação às barreiras sociais impostas pela lógica produtivista capitalista. Nesse sentido, é fácil encontrar pelas redes sociais imagens de torcedores PCD's na arquibancada durante os jogos acompanhadas de legendas com frases de superação e heroísmo. Não que essas atitudes por si só representem práticas preconceituosas, mas, certamente, as pessoas pertencentes a tal grupo, que não é homogêneo, são bem mais do que esses rótulos.

No âmbito do torcer no futebol brasileiro, além das dificuldades de acessibilidade caracterizadas pela carência de caminhabilidade ao

entorno e dentro dos estádios, e de lugares adaptados nas arquibancadas, muitos torcedores/as PCD's lidam com o capacitismo manifestado através do preconceito e opressões sociais que sofrem em suas socialidades e sociabilidades futebolísticas. Essas opressões ocorrem através de práticas de negligência ou negação de direitos protagonizadas por trabalhadores/as dos estádios, fiscais/seguranças dos clubes, agentes públicos, dirigentes, ou até mesmo por torcedores/as do mesmo time.

Os relatos apresentados a seguir nos dão a noção do quanto a inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes futebolísticos brasileiros ainda precisa ser aprimorada.

O debate aqui proposto neste texto ainda é tímido e/ou novo nas Ciências Sociais no Brasil, visto que em busca realizada por nós nas plataformas de acesso a trabalhos científicos *Google Scholar* e *SciELO*, em nove de novembro de 2021, não identificamos nenhuma publicação a respeito. Portanto, esperamos que a discussão aqui apresentada possa estimular outras produções acerca deste tema tão relevante.

Driblando o capacitismo e a exclusão nos ambientes futebolísticos brasileiros

Nos dois primeiros relatos abaixo, chama atenção por serem situações ocorridas em estádios idealizados para a Copa do Mundo de 2014, ou seja, “modernas arenas” idealizadas com o que há de mais aprimorado na arquitetura de estádios de futebol pelo mundo. No primeiro, Sinval Júnior - torcedor do Atlético Mineiro que possui deficiência física - no ano de 2019, desabafou sobre um episódio de negligência por parte de funcionários da empresa que administra o estádio Mineirão, conforme matéria publicada no site O Tempo 2.

Ao desabafar sobre o ocorrido em um perfil na rede social *Twitter*, Sinval alegou que contactou cinco ou seis pessoas que trabalhavam no estádio antes de conseguir a informação que desejava a respeito do lugar que lhe daria acesso à parte interna do Mineirão para assistir a uma partida válida pelo Campeonato Brasileiro da Série A daquele ano, tendo com isso percorrido um longo trajeto caminhando, lhe causando cansaço e desânimo (O TEMPO, 2019), que comumente fazem parte do cotidiano das pessoas com deficiência em virtude da incompreensão e desinteresse que muitas pessoas demonstram em buscar alternativas viáveis e acessíveis que possa contemplar as diferentes corporalidades existentes. Embora tenham ocorrido alguns avanços legais, houve um silenciamento histórico predominante em relação às pessoas com deficiência, que, ao longo do tempo, tiveram seus direitos negados, suas vidas negligenciadas e foram

substancialmente colocadas à margem, em virtude da falta do debate e, principalmente, da sujeição construída sobre essas pessoas. Tendo isso em vista, torna-se necessária uma ressignificação da deficiência (Pimentel, S.C.; Pimentel, M.C., 2017) nos aportes analíticos e nas próprias concepções construídas socialmente as quais reproduzem visões que corroboram para a permanência de estigmas e visões preconceituosas acerca deste grupo social. As autoras apontam que: “Conceituar a deficiência como uma anomalia sempre foi muito cômodo para as sociedades ao longo da história, entretanto entender que a deficiência pode ser uma das várias possibilidades da existência humana é uma concepção desafiadora para a sociedade” (PIMENTEL et al, 2017, p.1043). Nessa linha, rever as visões distorcidas adotadas socialmente a respeito de PCD’s, intentando de igual forma superá-las ao adquirir novas perspectivas considera-se relevante no contexto de garantias de direitos através de políticas públicas.

Ainda no ano de 2019, identificamos o caso do torcedor do Esporte Clube Bahia chamado Armando Bispo. O torcedor relatou ao site Correio acerca das dificuldades em visualizar alguns lances das partidas disputadas na Arena Fonte Nova, pois outros torcedores costumam ficar em pé bem na sua frente, fechando seu campo visual do gramado e o impossibilitando de assistir a partida da forma desejável. Insatisfeito, desabafou Armando: “A gente não consegue acompanhar.

Não dá pra ver, simplesmente é impossível. Eu só venho pelo amor ao meu time. É um pecado eu vir aqui e não ver o gol”, afirmou Armando Bispo (CORREIO, 2019). A acessibilidade é um dos pontos que justamente visa garantir a inclusão e a participação de todas as pessoas nos espaços diversos e variados, inclusive naquele que lhes são proporcionados lazer e diversão, com vista a eliminar ou tentar reduzir ao máximo as barreiras sociais impostas pela sociedade. O entendimento de que todas as pessoas devem ter esse direito garantido, inclusive o de ter o futebol como paixão e fazer parte da grande festa, é emergente e reafirmado na medida em que, mais ainda, percebemos a necessidade de construir uma educação anticapacitista que possibilite mudanças de pensamento e comportamentais como pressuposto para poder garantir uma cultura do acesso³ e perceber o capacitismo impregnado nas relações sociais no âmbito da experiência. A cultura do acesso citada admite que é preciso:

3 Cultivar uma cultura do acesso nos possibilita ampliar o que assimilamos como padrões corporais, re-dimensionando nossa visão a outras corporalidades múltiplas de ser e estar no mundo que contemple os vários modos de existência. A deficiência deve ser concebida no sentido da alteridade, da diferença que não distancia, mas que possui singularidades que precisam ser consideradas e respeitadas no tocante à diferença enquanto uma condição humana.

Se deslocar dos próprios parâmetros corporais da realidade para imaginar outros modos de ser e agir no mundo, na perspectiva de que o encontro com as diferenças promova a ampliação e a diversificação das formas de interagir, comunicar, perceber, tocar e se deslocar em ambientes virtuais e presenciais (CONTRACARTILHA, 2020, p. 5).

Uma educação anticapacitista voltada ao respeito às diferentes condições de corporalidades, sejam elas físicas, sensoriais, cognitivas e outras, contribui na construção de novas possibilidades de ação para a readequação processual de como nosso pensamento é pautado na ideia de uma norma corporal.

Essa ideia da norma abrange significados universalistas criados através de parâmetros de vivências tidas como adequadas, certas, verdadeiras, válidas, quando na verdade não deveria existir um padrão, mas sim uma valorização das distintas condições corporais, dos diferentes ritmos e percepções de mundo que compreendem toda a diversidade humana. E como coloca Diniz et al (2009) a restrição de participação é proveniente da interação deste corpo com o ambiente. A opressão do corpo com deficiência é entendido em termos sociais e políticos e não a partir de parâmetros biomédicos.

Entre as narrativas sobre as desigualdades que se expressam no corpo, os estudos sobre deficiência foram os que mais tardiamente surgiram no campo das ciências sociais e humanas. Herdeiros dos estudos de gênero, feministas e antirracistas, os teóricos modelo social da deficiência provocaram uma redefinição do significado de habitar um corpo que havia sido considerado, por muito tempo, anormal (DINIZ, 2007, p.9).

Não por acaso, situações semelhantes à vivenciada por Arnaldo fazem parte das experiências de muitas pessoas com deficiências invisíveis – aquelas que por não estarem visivelmente marcadas no corpo de quem as tem não podem ser identificadas a olho nu por quem as observa.

O caso de Kamilla Sastre, uma das autoras deste texto, ratifica esta assertiva. Torcedora do Clube do Remo, time de Belém do Pará, Kamilla Sastre tem deficiência física - mais especificamente a monoparesia cural à direita⁴ - adquirida em decorrência de uma doença neurológica

4 Fraqueza no membro inferior direito.

Fig 1: Kamilla Sastre, pessoa com Esclerose Múltipla- deficiência invisível , torcedora do Clube do Remo- PA, no estádio Mangueirão.



Fonte: Acervo Kamilla Sastre, 2018.

crônica⁵, causando-lhe fraqueza em uma das pernas e fadiga muscular, impedindo-lhe também de permanecer por muitos minutos em pé. Diante disso, Kamilla se considera pouco compreendida por torcedores/as que se colocam em sua frente na arquibancada durante os jogos, mas entende que isso ocorre principalmente por não enxergarem a deficiência, especialmente pelo fato desta deficiência não estar marcada visivelmente no seu corpo, como comentado anteriormente.

Talvez se estas pessoas frequentadoras de estádios de futebol tivessem acesso a mais informação, conhecimento, ou mesmo ter mais disponibilidade para conhecer e ter empatia, situações como as citadas, não seriam tão recorrentes nas vivências de torcedores com deficiência, e os lances mais importantes das partidas não seriam perdidos com tanta frequência. A respeito da sua condição, Kamilla compartilha em seu livro:

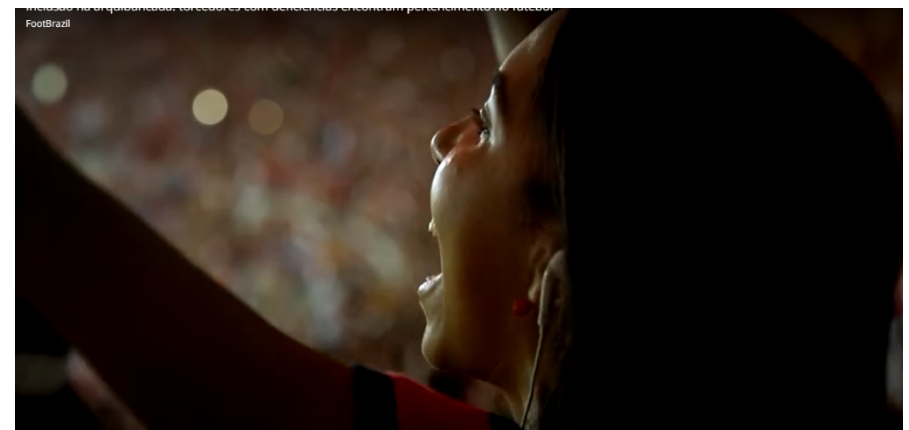
Com sintomas múltiplos e distintos, a EM (Esclerose Múltipla) se enquadra no campo chamado “deficiências invisíveis”. O fato de definir quem tem deficiência

5 Esclerose Múltipla.

perpassa, primeiramente, por questões jurídicas de acepções acerca do que é deficiência, e para esse grupo, considerado como o de pessoas, cujas deficiências não são visíveis, em especial, sendo que tais definições requerem um imenso exercício analítico pelo fato dessa questão ter uma influência direta na vida desses indivíduos e das próprias políticas sociais, voltadas ao grupo (COSTA, 2019).

Ainda nesse debate das “deficiências invisíveis”, neste caso provocada por uma doença neurológica, cabe um espaço neste texto para salientar os próprios sentidos de saúde e doença que perpassam configurações datadas em um período histórico, social e cultural determinados (CZERESNIA, 2013). Não obstante doença e deficiência não terem o mesmo significado, no campo das deficiências invisíveis podemos correlacionar algumas atitudes e modos de se relacionar com o corpo de maneiras similares, bem como a própria invisibilidade social que o corpo com deficiência ou aquele que tem “doença comprida” carrega (Fleischer, 2017) . Em nossa sociedade, o homem que sofre de alguma deficiência física não é mais sentido como homem inteiro, mas sim é visto pelo prisma deformante do distanciamento ou da compaixão, afirma Le Breton (2011). Trazer a reflexão de como o incômodo e a “desordem” provocados pela relação estabelecida com o corpo com deficiência em nossa sociedade e como a depreciação ocorrida por meio das violências físicas e simbólicas

Fig 2: Nathália Santos, Torcedora do Flamengo e Pessoa com deficiência visual, no estádio Maracanã.



Fonte: FOOTBRAZIL, 2017.

colocam estes corpos como “errados” ou necessários de reabilitar ou endireitar, causa danos irreparáveis socialmente, influenciando diretamente no modo como nos relacionamos com este tema no nosso cotidiano.

Em entrevista para o blog FOOTBRAZIL, no ano de 2017, Nathalia Santos, flamenguista, pessoa com deficiência visual, pontuou a seguinte afirmativa: “A sociedade não me enxerga como consumidora, como integrante, como é... cidadã. E aí eu digo cidadão em todos os âmbitos. Que seja governo, que seja sociedade. A pessoa quando faz um restaurante ela não considera que um cego vá comer porque cego não come, cego não veste, cego não vive. Então eles não colocam a gente como... Não consideram. E aí me excluem. Mas ao mesmo tempo eu tenho que pagar a conta”. Em seguida, complementa: “as pessoas acham que ah... beleza. Cego não faz nada, deficiente, cadeirante, deficiente auditivo, idoso não precisam fazer nada. Cara, a gente precisa viver, sabe. Eu, quando tô no estádio, eu me sinto parte da torcida do Flamengo. Eu esqueço que sou mulher, que eu sou negra, que sou deficiente. Eu aqui, eu sou pertencente. Eu sou parte, tá! As pessoas não nos consideram. As pessoas... Eu sou cega e as pessoas que não me veem. Isso que é o mais surreal!” (FOOTBRAZIL, 2017). O capacitismo visualizado na fala de Nathalia demonstra o olhar depreciativo que a sociedade costuma tratar o corpo com deficiência. São os corpos vistos como abjetos, imperfeitos, improdutivos, feios, defeituosos e todas as características hierarquizantes que os colocam em situação de desvantagem social e inferioridade, afinal fogem à norma do que é considerado “belo”, “aceito” e “produtivo”.

Para Mello (2009, p. 12), deficiência “[...] englobaria os diferentes sentidos ou modos de defini-la, percebê-la, vivenciá-la, tratá-la, etc., o que nos remonta às categorias nativas em torno da experiência da deficiência”, reproduzidas através das narrativas hegemônicas de cunho capacitista.

Há uma máxima na ponta da língua dos dirigentes das instituições futebolísticas brasileiras de que “futebol só se faz com dinheiro”. Longe de concordarmos com ele, visto que, para nós, futebol se faz com pessoas, consideramos ignorante a forma em que tal “verdade absoluta” é posta em prática, pois fomentar a inclusão de pessoas com deficiência, obesos mórbidos, pessoas LGBTQIA+, dentre outros grupos subalternizados, certamente impactaria positivamente na arrecadação dos Clubes. A recente experiência promissora de inclusão social do Esporte Clube Bahia e o relato de Nathália nos fazem inferir isso.

O pertencimento clubístico leva alguns torcedores/as PCD's a superarem obstáculos físicos e sociais para acompanharem os jogos dos seus clubes – como nos casos de Jairton da Rocha – torcedor do Curitiba Futebol

Clube que devida à atrofia muscular vai ao estádio em uma maca (GAZETA DO POVO, 2014) – e de Gustavo Emanuel ‘Batata’ – torcedor do Náutico, conhecido por ser carregado na sua cadeira por outros torcedores durante os jogos (LANCE, 2019). Mas não podemos romantizar essas situações ao não fazermos a crítica à precariedade estrutural de grande parte dos estádios brasileiros e ao capacitismo presente nas sociabilidades neles.

Em Belém do Pará, Ivan Farias, cego, torcedor do Clube do Remo expôs ao site O Liberal, em 2019, a sua insatisfação com a acessibilidade dentro do estádio Mangueirão. Nesse sentido, afirmou Ivan: “Eu sempre subi via rampa. No Mangueirão, do portão até o acesso da rampa é muito longe. Já enfrentei dificuldades com pessoas me guiando. Se tivesse mais placas especificando a entrada prioritária, a pessoa não tinha se perdido”

Fig 3: Jairton da Rocha- Torcedor do Curitiba Futebol Clube – PR, acessando em uma maca o estádio Couto Pereira.



Foto Daniel Castellano- A Gazeta do Povo, 2014.

(O LIBERAL, 2019). Por acompanharmos de perto, sabemos que há um histórico de desrespeito com PCD's torcedores/as em Belém do Pará, pois estes costumam ser submetidos a horas em longas filas, sob o sol escaldante da capital paraense para entrar nos estádios, além da pouca oferta de espaços acessíveis para eles se alocarem nas arquibancadas.

Fig 4: Gustavo Emanuel 'Batata', torcedor cadeirante do Náutico- PE, no estádio dos Afritos.



Fonte: Léo Lemos- Náutico, 2019.

Fig 5: Card com torcedor do Clube do Remo - PA PCD subindo a rampa do estádio Mangueirão em seu skate, sendo empurrado por outro torcedor



Foto: Facebook Encarna Leão, 2014

Card com torcedor do Clube do Remo - PA PCD subindo a rampa do estádio Mangueirão em seu skate, sendo empurrando por outro torcedor.

O curioso é que, apesar do cenário de descaso com torcedores/as PCD's, quando um time da capital paraense vai mal no campeonato, é comum ver cards com a imagem de PCD's acompanhada de frases de superação. Ou seja, uma "inclusão" por conveniência. Incluir, de fato, não de forma essencializada, exige de nós esforços e interesse em romper determinadas construções capacitistas que ainda permanecem intrínsecas nas nossas relações sociais. Respeitar a autonomia e garantir a participação destes sujeitos é uma forma de driblar o preconceito.

Nota conclusiva

A breve discussão apresentada dá a noção do quanto ainda precisamos avançar na garantia do direito de torcer no futebol brasileiro, que é direito de/para todos/as. Incluir deve ser um compromisso social e não apenas uma retórica pontual. Frequentar estádios de futebol faz parte das vivências de muitas PCD's cujas experiências são variadas e heterogêneas. Este espaço que coaduna diferentes existências humanas deve ser o lugar do respeito à diversidade corporal e sensorial, um respeito à diversidade humana!

No jogo da inclusão, o adversário é o preconceito. E para vencê-lo, o universo do futebol necessita aderir a luta anticapacitista, afinal, PCD's também torcem, consomem e vibram a cada gol. Essa luta ganharia um grande reforço se as Ciências Humanas entrassem em campo para produzir dados que pudessem subsidiar políticas públicas de acessibilidade e inclusão social deste grupo nos espaços esportivos brasileiros.

Referências

CORREIO. **Cadeirantes reclamam de dificuldades para ver jogos na Fonte Nova**. Publicado em: 08 de novembro de 2019. Disponível: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/cadeirantes-reclamam-de-dificuldades-para-ver-jogos-na-fonte-nova/>. Acesso em: 09/09/2021.

CORNELSEN, BRINATI e GUIMARÃES (org). **Futebol, fato social total**. Viva Voz. FALE/UFMG: Belo Horizonte, 2020.

Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia. **Contracartilha de acessibilidade**: reconfigurando o corpo e a sociedade. ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI: Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro, 2020 14p.

CZERESNIA, D, Maciel EMGS, Oviedo RAM. **Os sentidos da saúde e da doença**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

COSTA, K.S. **Aonde eu coloco as minhas dores, doutor?** Um olhar antropológico da esclerose múltipla. Editora Fi. Porto Alegre, 2019.

DAMO, ARLEI. **Para o que der e vier**: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS. 1998.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, p. 64-77, 2009.

FOOTBRAZIL. **No Brasileirão, torcedores com deficiência superam obstáculos e encontram inclusão**. Publicado em: 12 de fevereiro de 2017. Disponível: <http://ge.globo.com/blogs/especial-blog/footbrazil/post/no-brasileirao-torcedores-com-deficiencia-superam-obstaculos-e-encontram-inclusao-na-arquibancada.html>. Acesso em: 09/09/2021.

GASTALDO, Édison. **O fato social total brasileiro**: uma perspectiva etnográfica sobre a recepção pública da copa do mundo no Brasil. Horizontes antropológicos, v. 19, p. 185-200, 2013.

GAZETA DO POVO. **Deficiência não impede torcedor de seguir o Coritiba**. Publicado em: 06 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/futebol/coritiba/deficiencia-nao-impede-torcedor-de-seguir-o-coritiba-eekgaqiih8qrk17106dyefivi/>. Acesso em: 09/09/2021.

LANCE. **Torcedor cadeirante é levado a comemorar acesso do Náutico nos vestiários**. Publicado em: 09 de setembro de 2019. Disponível: <https://www.lance.com.br/nautico/torcedor-cadeirante-levado-comemorar-acesso-nautico-nos-vestiarios.html>. Acesso em: 09/09/2021.

Fleischer S. **Como as doenças compridas podem nos ensinar sobre os serviços de saúde?** Equatorial, Natal, 4(7):24-44, 2017.

LE BRETON, D. [1999]. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas: Papirus Editora. Capítulo 3 – A manufatura de crianças (p. 67-99), 2011.

MAGNANI, José Guilherme C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, L. L. **Na Metrópole**: textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 1-30.

MELLO, A.G. **Por uma abordagem antropológica da deficiência**: pessoa,

corpo e subjetividade. 2009. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis.

O TEMPO. **Torcedor com deficiência física relata dificuldade de acesso ao Mineirão**. Publicado em: 15 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/superfc/atletico/torcedor-com-deficiencia-fisica-relata-dificuldade-de-acesso-ao-mineirao-1.2180890>. Acesso em: 09/09/2021.

O LIBERAL. **Inclusão social é escassa nos estádios de Belém**. Publicado em: 15 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/esportes/inclus%C3%A3o-social-%C3%A9-escassa-nos-est%C3%A1dios-de-bel%C3%A9m-1.49530>. Acesso em: 09/09/2021.

PIMENTEL, Susana Couto; PIMENTEL, Mariana Couto. Resignificando a deficiência: a necessidade de revisão conceitual para definição de políticas públicas. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 5, n. 2, p. 1039-1054, 2017.

SIMMEL, Gerog. **Sociabilidade - um exemplo de sociologia pura ou formal**. George Simmel: Sociologia. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, v. 5, 1983.

TOLEDO, Luiz Henrique de. Futebol e teoria social: aspectos da produção científica brasileira (1982-2002). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 133-165, 2001.